

Escola, liberdade, oportunidade

Educação
JORNAL DE BRASÍLIA

IZALCI LUCAS FERREIRA

Presidente do Sinep/DF e Diretor da Federação Interestadual das Escolas Particulares

07 OUT 1996

- Fiep
dividiram os homens é preciso que a confiança e o compromisso com os acertos do futuro os unam.

É com esse espírito de aliança que a escola particular vem propor, a exemplo do que já está sendo feito na Europa, e de diferentes formas em alguns estados brasileiros em décadas passadas, a criação do cheque-educação, instrumento que permitirá a cada família escolher a melhor alternativa para a educação de seus filhos. Assim, se instalará, com certeza, a competitividade no sistema escolar, o que contribuirá para implementar a qualidade, tanto na escola pública quanto na particular.

Estamos conscientes que, para efetuar mudanças, a dificuldade maior não reside em compreendermos idéias novas mas em libertarmo-nos das antigas. Entretanto, não podemos ficar indiferentes aos apelos da razão e da justiça, permitindo que se mantenha a atual condição em que se encontra a educação em nosso País.

Vamos, juntos, propiciar a todos o exercício do direito a uma educação de qualidade. Da validade dos acertos de agora depende o futuro da Nação.

A pátria e a sociedade de hoje e de amanhã não serão gratas.

Nos últimos anos, vem tomando corpo uma posição maniqueísta da sociedade com relação à escola particular. Essa posição tem por base a generalização da opinião de que todas elas privadas, são empresas mercantilistas e visam somente o lucro; e não estão assim imbuídas de qualquer compromisso com os objetivos educacionais. Como se vê, ao fazer a contraposição entre a escola pública e a particular, ao denegrir a imagem da particular fosse possível criar, na opinião pública, a convicção de que o ensino público é o único comprometido e preparado para dar à população uma educação de qualidade.

Essa abordagem requer de todos nós - sociedade e Governo - um exame mais profundo pois, a escola pública, por seus defeitos estruturais, é impedida de um trabalho coerente, participativo e eficaz em favor da cidadania e da construção da nação forte que todos desejamos.

Antes de tudo deveríamos abolir as generalizações fáceis que, na maioria das vezes, nos conduzem a erros, as injustiças e à perda de oportunidades: o caráter privado ou público das instituições escolares não é garantia de compromisso e competência para desenvolver o trabalho educa-

tivo que a nação requer. Comprometer a imagem do ensino particular perante a opinião pública, sufocá-lo com leis e normas, desestabilizar as condições mínimas necessárias à sua organização e funcionamento não conduz à melhoria da sua qualidade nem à da escola pública.

Resultados de pesquisas e estudos, financiados pelo próprio Governo, demonstram que o sistema educacional brasileiro tem se caracterizado pela infélicia. Isso se traduz pelas altas taxas de repetência e evasão, sendo que nem sempre, as razões de ordem econômica e social são a causa dessa evasão, mas sim os sucessivos insucessos do aluno para obter aprovação e prosseguir na série seguinte - sobretudo nos primeiros anos de escolaridade. Os resultados danosos dessa situação para os indivíduos e a sociedade são difíceis de medir, mas pode-se perceber que, dessa forma, o Estado custeia e fomenta a ignorância e o sentimento de fracas-

so.

Não devemos nem podemos continuar convivendo com tal situação. Temos condições de superá-lo com vontade política e mediante um conjunto de medidas que envolvam esforços comuns, claros e firmemente direcionados.

Não basta ao Governo injetar mais recursos nas escolas. É preciso assegurar condições para que obtenhamos resultados satisfatórios nos investimentos feitos.

Se a educação é um direito de todos e se é dever do Estado garantir-la de forma igualitária, oferecendo a todos igualdade de oportunidades, os homens de Governo, unificados dos ideais de cidadania, devem buscar nas novas propostas a solução para que a escola deixe de ser um artifício, um instrumento de anulação das qualidades individuais - das vocações e potencialidades do cidadão brasileiro. A escola não pode continuar sendo o símbolo das ambições pessoais prevalecentes sobre o interesse da coletividade e na Nação. Se erros do passado

**exemplo do que
já acontece na
Europa:
as escolas
particulares
propõem a
criação do
cheque-educação**